

A BATALHA

DIARIO DA MANHÃ

DIRECTOR — Manuel da Silva Campos



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores

ANO VI — Número 1.809

Quinta-feira, 16 de Outubro de 1924

PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração, Tipografia
Caçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa — PORTUGAL

TELEFONE — 5339-C

Oficinas de impressão — Rua da Atalaia, 111 e 111

Propriedade da Confederação Geral do Trabalho

Editor — Carlos Maria Coelho

A LIÇÃO DOS FACTOS

Não há dúvida de que o movimento das «fórcas vivas», encerrando os estabelecimentos comerciais representou uma importante manifestação de solidariedade. O operariado deve reflectir neste facto, que denuncia da parte dos seus inimigos uma predisposição para a luta e qualidades de resistência que não podemos desprezar. E preciso que o operariado se compenetre de que tem a encontrar, pola frente um inimigo energético, organizado, com grandes recursos e que, para o combater, precisa de retompar também as suas qualidades combativas.

As «fórcas vivas» alguma coisa aprenderam connosco. A greve dos comerciantes seguiu um pouco os processos grevistas dos operários: nomearam-se comissões de vigilância, fez-se a resistência organizada aos anarquistas e considerou-se que deixar de encerrar os estabelecimentos representava uma traição à classe, uma condenável falta de brio. Mas os comerciantes fizeram mais: denunciaram uma melhor tática no seu movimento. Enquanto os operários procedem muitas vezes impulsivamente, sentimentalmente, sem olhar ao que deles pode pensar o meio em que as suas greves se produzem, os comerciantes mediram tudo, calcularam tudo. Habitados a ludibriar o consumidor, usaram de todos os artifícios para não se comprometerem perante a opinião. As exceções que abriram para padarias, mercearias, lojarias, restaurantes, hotéis, farmácias, carvoarias foi uma habilidade que denota muito tino e inteligência.

E' isso que precisamos não perder de vista e prepararmo-nos, mostrando que aproveitámos com a lição que nos foi dada.

A grande imprensa

Sócio vem queixar-se de ter sido ameaçado pela sua altitude, tendo recebido várias cartas teáticas intimando-o a atacar a república e a defender o aumento da circulação fiduciária. O público comprehende, porém, o joko. As fórcas vivas possuem, pelo menos, dois grandes jornais. Um aparece com o aspecto conservador e defende, embora por vezes veladamente, as fórcas vivas. O outro finge atacá-las.

De forma que o leitor que se desgostasse é apanhado pelo outro jornal. Não se perde nenhum comprador porque tudo lá vai cair no mesmo saco. E há ainda esta vantagem: quando fôr preciso tornar pública certa notícia tendenciosa, tanto o órgão que defende a república como o outro que procura comprometê-la, ambos a publicarão, chegando ela assim a gregos e troianos que a acreditaram como vindoa do jornal em que depositam mais confiança.

E' isto a grande imprensa.

Correios e Telégrafos

Melhoria de vencimentos ao pessoal maior e menor

Logo que regressou de Beja na terça-feira, o ministro do Comércio, conferenciou com o engenheiro sr. António Maria da Silva, acerca do projectado desconto de melhorias ao pessoal maior e menor, dos correios e telégrafos. Que não traz aumento de taxas nem qualquer encargo para o público, mas atende à situação precária daquele pessoal. O pagamento dos 70 dias, em caso algum será feito a esses empregados, mantendo o governo a atitude definida desde que tomou posse e conseguiu normalizar este importante serviço.

UM DECRETO

Foi proibido por um decreto às pessoas que sofriam de doenças contagiosas e aquelas que tratam de se empregarem na manipulação de lacticínios. Esta medida tomada assim isoladamente mostra bem o que vale sociedade burguesa. Em primeiro lugar devem ser as pessoas doentes ser afastadas de todo o trabalho de preparação de géneros alimentícios; não só os lacticínios como o pão, as massas, a pastelaria, os talhos, etc. Em segundo lugar, afastadas essas pessoas do trabalho a que se dedicam e que fazem delas, como as sustentam, que destino lhes dão?

Essas criaturas não trabalham por gosto. Doentes, precisando de ser tratados, o seu próprio interesse seria não trabalhar, que só serve para lhes agarrar os seus padecimentos. Trabalham porque necessitam, para fugir a um mal maior. Pensaram nisto os legisladores a república?

Os serviços dos telefones

Da Arcada enviamos a seguinte informação:

Os diretores da Companhia dos Telefones conferenciaram ontem demoradamente com o sr. ministro do Comércio acerca do decreto de novas tarifas, que será publicado no Diário da República, no dia 20 de Janeiro. As novas tarifas tomam como base a libra a 130 escudos. Mas como serão diminuídas consideravelmente a partir daqui em diante face à melhoria cambial.

Isto traduzido quer dizer: as tarifas dos eléctricos vão agora a ser aumentadas; mas em 1 de Janeiro, em virtude da baixa cambial, sofrerão diminuição.

Estará errada a tradução?

O COMBATE AO ERRO E À INIQUIDADE A C. G. T. E A SITUAÇÃO ECONÓMICA E ESPIRITUAL DO PROLETARIADO

Vai iniciar-se uma larga acção vulgarisadora
— de instrução e educação social —

Numa das últimas reuniões do Conselho Confederal da C. G. T., foi aprovado um extenso e bem elaborado parecer acerca das necessidades económicas, morais e sociais do país. Nesse parecer salienta-se com exactidão o minúsculo número da inteligência, para que se integrem nas correntes operárias e sociológicas modernas de emancipação económica e de libertação social, e todos unidos material e intelectualmente, realizem um trabalho de conjunto na construção do novo edifício social, limpo de energias vitais e a um largo fomento e aproveitamento de fontes de riqueza e de receita colectivas, apelando sempre ou para a iniciativa particular ou para a iniciativa do Estado.

Tal processo não exclui o necessário conhecimento de todos os fenómenos económico-sociais que se produzem fora do ambiente em que gira a luta proletária ou ideológica. Pelo contrário. Pois que toda crítica tem que ser fundamentada em factos positivos, à C. G. T. incumbe o dever de interessar-se e interessar as massas organizadas nas questões relativas à economia nacional, assim como à que se relacionam com a vida social e nomeadamente com a instrução e educação das gerações novas.

A C. G. T., sem ter funções de Estado, que regula e combate, tem que acompanhar, passo a passo, obra do Estado que rege politicamente o país, na parte em que essa obra se relaciona com o consumo e a produção, com a instrução e a educação, assim como no que respeita aos problemas da liberdade.

De outro modo não poderia a C. G. T. orientar-se com consciência e com verdade na sua acção diária de crítica e de demolição.

E porque assim é, a C. G. T. entende do seu dever tornar públicas todas estas questões, popularizá-las, retirá-las do domínio estreito dos gabinetes, para que o grande público por elas se interesse e para que, particularmente, a classe operária encontre uma maneira prática de realizar os seus estudos em face de factos actualizados como produtor e como consumidor.

Particularmente, na sua ação sindicalista contra o patronato, a C. G. T. recebe diretamente dos Sindicatos e das Federações os conhecimentos industriais, a orientação e o impulso necessários.

Mas, presentemente, a administração das coisas é feita superiormente pelo Estado, na presunção de harmonizar justamente as desavenças que a concorrência individualista possa produzir, como derivação do liberalismo económico, entre a família burguesa.

E' um facto verificado e por demais sentido que as condições económicas do país são das mais precárias em relação a outros países com igual ou aproximada capacidade produtiva. Este estado económico precário gera mais fundas condições de miséria proletária.

E, no entanto, há debo resolver um sério número de problemas económicos, cuja solução, dentro mesmo das firmas burguesas, em muito poderia contribuir para atenuar tantíssimas crises que surgem continuamente, mercê dos fundamentos do próprio regime burguês e dentro deles por falta de iniciativas e da aplicação de energias renovadoras.

Culpa alguma cabe desta situação à classe operária, sempre vítima dos desprazos capitalistas. Não obstante, a classe operária é muitas vezes acusada de só contribuir para que se reduza a capacidade de produção.

Não pretende a C. G. T. neste momento disertar esta assertão falsa e malévola; não pretende, tanto quanto possível, apresentar estudos e projetos, com a execução dos quais a capacidade de produção poderia aumentar, para cuja eficiência era indispensável alterar as bases da sociedade burguesa. A C. G. T. limita-se, na hora que passa, a desejar que em público sejam debatidas pelas técnicas estas questões de interesse nacional imediato e intrínseco:

1.º O estudo da indústria;
2.º A produção;
3.º Os salários;
4.º A higiene operária;
5.º As condições de trabalho;
6.º O trabalho das mulheres e dos menores;

7.º Matérias primas;
8.º Energia utilizável; a) quedas de águas; b) carvão, etc.

(Conclui na 2.ª página)

E' assim que, em regime capitalista, se fazem derivar todas as reformas do Estado, reformas que são ou não respeitadas segundo os interesses individuais da burguesia ou dos grupos financeiros em concorrência.

Quem mais assinala os prejuízos ou benefícios resultantes da boa ou má orientação político-administrativa do Estado são os próprios economistas da burguesia, cuja crítica, não obstante, é feita dentro do condicionalismo capitalista.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para desrespeito do Estado, da República e de todos.

Assim se explica que a missão essencial da C. G. T., seja, preferentemente, de combate e de destruição do existente.

Orgão do proletariado organizado para a luta de classes, a C. G. T. considera que esta questão social só terá fim no dia em que não mais subsistam as causas da desigualdade económica, caracterizadas pelo salário menor a opressão do Estado, caracterizada pela imposição da Lei do mais forte contra o mais fraco, nem a educação convencional, que cria mentalidades predispostas ao exercício da escravidão, pela obediência passiva ao preconceito, à lei do condicionamento moral, à religião do estudo, e fica tudo como dantes, para

O FUZILAMENTO DE FERRER

Como foi comemorado o seu 15.º aniversário

Uma conferência do professor Tomás da Fonseca no Porto

PORTO, 14.—Contraste deveras curioso de manhã e de tarde de ontem, o catolicismo português celebrou a ignorância, promovendo solenes exequias, missa de «requiem» e a fachotada do «Libra-m» pelo aniversário da morte de Bernardina Tavares dos Santos, ou seja a Santa Bernardina, à custa de cuja «recordação» e do cujo «corpo» os viventes da igreja de Bomfim arrancaram fabulosos lucros a estúpidos devotos.

A noite, no salão da Assembleia Mercantil, à ruá de Camões, os amantes da liberdade e da ciéncia, que aspiram à completa liberdade do espírito e da vida social do homem, comemoraram a luctuosa data do fuzilamento de Ferrer, esta inesquecível vítima do jesuitismo espanhol que o perseguiu e assassinou, por ele ter muito amor à Humanidade e pretender que ela se tornasse grande, respeitada e livre pelo poder da sua cultura...

Contraste deveras interessante... Numa parte, festejou-se a mentira, o dogma, a ignorância, a tirania—sermomando-se uma exultante beata que nunca fôr «ningém» em vida... Na outra, fez-se um apoteose à Verdade, ao livre exame, à Instrução, à Educação e à Liberdade dos Povos—embrenando-se um Mártil que espargiu pelo mundo a luz da sua Escola Móderna...

Contraste deveras interessante...

A sessão comemorativa do inquisitorial fuzilamento de Ferrer, presidiu Serafim Cardoso Lucena, que teve a secretaria os camaradas Filinto e José Rodrigues Robredo.

Foi a apresentação do conferente, o professor Tomás da Fonseca, este principia por saudar todos os assistentes e por dizer que se algum mérito tem é da moral, que alguma coisa representa nestes calamitosos tempos que vão decorrendo. Regosijando-se pelo facto de continuar lutando pela Justiça e pela Verdade e contra a Mentira e a Iniquidade—só o deixando de fazer se alguém enconquer—faz esta pregunta a si mesmo: «Tendo tuntos livros católicos, porque o não é? Precisamente porque os lev, é que não pode ser calótico. Com a verdade na mão, levaremos as multidões para o promontório da sua Liberdade...»

François Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em virtude de um falso preconceito patriótico então exaltado, a multidão popular e os estudantes apedrejaram Zola e a sua casa. Nisto andaram os incitamentos do catolicismo francês. Mataram Ferrer. ¿Porque ele comeasse algum crime? Não. Porque Ferrer era um valor moral que se impunha. Todo o seu crime, porque o fuzilaram,

Passados anos, é que se verifica que Ferrer tinha razão; que estava inocente; que o processo estava pejado de falsoacusa. Reabilitaram-no... Os juízes, se não preocupando com as intimidades que com o rei a sua atitude pudesse acarratar, reviram o processo e verificaram, sim, que Ferrer foi fuzilado inocentemente. ¿Quem condena agora os inquisidores? Estes, em face da sua iniquidade provada, nem os menos têm a coragem de se castigarem a si próprios.

E' tolerante, não ter qualquer ódio contra ninguém. Mas não se pode perdoar a um rei, a um ministro, a uma religião, é que têm na sua vida uma grande série de crimes, um tão vasto mar de sangue... ¿Quem há aí, dentre vós, que, depois de uma pequena zanga, conserve o rancor mais de dez minutos? Uma pessoa pode, num estado psíquico de exacerbamento cometer um crime. Mas andar durante anos com ódio no coração e, friamente, calculadamente, premeditadamente preparar uma cilada estupenda — creio que nenhum de vós o faria!»

Pelo lado da igreja e os seus instrumentos... os quais, apesar de reconhecida a inocência de Ferrer, não o podem resuscitar, restituír-lhe a sua Escola e os seus bens. Continua assassinado... Só eram dignos de todo o nosso perdão, a Igreja, com todo o seu poder espiritual e temporal, tornasse a dar vida a Ferrer, demonstrando-nos assim tódio a força dos seus milagres...

Para que o catolicismo brilhe na escuridão, nas trevas, é de que o povo esteja perfeitamente cego e ignorante. E' por isso que em pleno século XX aparece um livro que nos vem dizer que nôo foi a religião que falou, mas sim a ciéncia...

Depois de várias considerações sobre

Francisco Ferrer y Guardia foi uma vítima da igreja como o homem João Huss, Giordano Bruno, Damião de Góis, etc. E depois de se referir detalhadamente ao passado destes mártires: a Igreja, sempre intolerante e sangüinária, nunca permitiu que se investisse na Verdade, que se ultrapassassem os limites dos conhecimentos por ela demarcados...

Numa evocação excelente, elude a Zola, o qual, por ter defendido Dreyfus, sofrera tódio a sorte de perseguições. «Em

balhadores, mais beneficiaria também a burguesia que viverá mais alguns anos descançada na sua Torre de Marfim, sem ter quem lhe bata à porta — exigindo-lhe uma parte — que há muito não lhe deveria pertencer — dos seus confortos e regalias supérfluas.

A razão natural e sociológica da diminuição das horas de trabalho

Quem não quer reconhecer a razão lógica do dia normal de 8 horas aos marítimos, como o de 6 horas aos mineiros e tantos outros trabalhadores de indústrias insalubres, ou é por interesses inconfessáveis, ou não tem sequer a noção da evolução natural e científica através de todos os tempos.

Épocas houve que havia uma ração, uma necessidade mesmo, do homem trabalhar tanto quanto o seu físico e ração natural do tempo lho permitisse, visto que só com a força natural poderia contar; era com estes meios que transportava, morosamente é claro, dos campos para as cidades e destas para os campos o que num a outra parte necessitava.

Era o braço humano, sem o auxílio do braço artificial, que construía e proporcionava o necessário à vida desse tempo; foi ainda o braço humano que construiu «Naus» — que hoje não haveria quem as tripulasse — donde homens sem métodos científicos aperfeiçoados, apenas com o seu arrejo, conseguiram ao acaso, descobrir novos continentes preparando-lhe desde esse meio a sua ligação.

Essa ligação que então era deficiente, esta hoje tão desenvolvida, que verdadeiras Ilhas flutuantes, como fantasiou Júlio Verne, atravessam o Oceano.

Há mais, enquantos que no Século XV centenas de homens, apenas guiados pelo acaso, conseguiram, gastando dezenas de meses, ir ao BRASIL e à ÍNDIA em barcos que, em relação aos dias de hoje, eram verdadeiros caixotes; hoje até pelo ar com a convicção nítida do ponto que queremos atingir; isto prova, quanto a ciência tem avançado e quanto ela tem de revolucionária, é baseado na ciência que os trabalhadores tem o direito — que a mesma lhe impõe — de reivindicar melhoria de situação moral, diminuir as horas de trabalho de modo que o mesmo chegue para todos, e o fórum que todos possam viver.

Outros factores, de carácter técnico e científico, impeliram os trabalhadores a reclamarem menos horas de trabalho; essa reclamação é tão justa como natural, visto ser um reflexo de desenvolvimento técnico e científico que torna cada vez mais simples o trabalho.

Com o invento da electricidade, da telegrafia sem fios, do telegrafo, da caldeira a vapor e por último, a adaptação desta a óicos pesados e tantos outros inventos, era para terem beneficiado segundo o seu objectivo altruista, substituindo em parte a máquina humana, em benefício da humanidade em geral e não dum ou mais seitas por quem foram assentados.

A burguesia apenas tem visto (e vê hoje ainda) na máquina artificial, não uma auxiliadora do progresso, mas sim dos seus interesses inconfessáveis, por vê nela a substituta da maioria dos braços dos trabalhadores que, por esse motivo são lançados à margem.

Esta substituição tem-se acentuado à medida que os patrões vão encontrando inventos modernos prontos a diminuir os seus assalariados.

A Marinha Mercante não tem sido estranha ao progresso, retro-ma à estrangeira e que não tardará a verificar-se nacional, visto os portugueses andarem no mundo por verem andar os outros. Assim, à tempo a esta parte que, assistimos a uma diminuição constante do tripulante motivada pelas remoções feitas nos navios dotados de engenhos modernos, de modo a dispensar a maioria dos seus tripulantes; isto especialmente nos grandes Paquetes onde uma parte do Pessoal de Camaras tem sido dispensado em virtude das máquinas de lavar e limpar louças e outros meios que tem simplificado os serviços de Camaras e Culinários.

Com o Pessoal do Fogo tem sucedido por, apenas um terço tem ficado a bordo dos navios que têm sido adaptados a Oleos; o número destes navios tem aumentado consideravelmente, segundo uma estatística do «Lloyd» até 30 de Junho de 1923, 1.833 navios se utilizaram de motores a Petrólio, 282 navios com mais de 1.000 ton. cada, tinham motores «Diesel».

As maiores companhias de Navegação mundial, presentemente estão construindo navios de 20.000 ton., possuindo motores a Oleos; em Portugal — fala-se — que a maioria dos Paquetes serão utilizados por esse processo.

Com a adaptação crescente dos navios a Oleos, dão como resultante o aumento dos seus trabalhos, entre os Fogueiros especialmente.

Que isto dizer que combatemos ou antepomos ao Progresso?

De modo algum. O nosso fim é; que os marítimos não fiquem completamente reduzidos à situação dos seus trabalhos, à miséria e à fome, senão se diminuir o horário de trabalho, e se não se aprofundar o aperfeiçoamento da técnica.

Torna-se portanto necessário a regulamentação do Horário de trabalho na Marinha Mercante Portuguesa, de modo que vá além de 48 horas por semana e em porto, e de 56 a navegar — para que o trabalho seja dividido por todos que todos tem direito à vida.

Outra questão transcendental, de ordem moral que se relaciona com o horário de trabalho e que, duma depende a outra, é a fixação das lotações dos navios por tonelagem e natureza das viagens, definindo o número de tripulantes e atribuições que a cada uma pertence; porque, se há tripulantes que passam uma vida árida, devido à natureza das suas atribuições, outros há, em boa verdade e sejam fracos, que fazem simples viagens de recreio. Tornando-se portanto imprescindível definir os trabalhos pertencentes a cada categoria, respeitando-se sempre o princípio que preconizamos, de que todos devem trabalhar — cada um na sua profissão.

III

Condições de segurança dos navios, alojamentos dos tripulantes e sua alimentação

Os marítimos são, de todos os trabalhadores, os que mais arriscam a sua vida estando sujeitos a mil e um perigos — aos quais não podem esquivar-se por ser consequências naturais a que todos temos que obedecer — ha no entanto muitos que se podem evitar des-

de que os armadores sejam mais escrupulosos na construção e apetrechamento dos seus navios, e não como até hoje que só tem sido em conta os seus interesses, como os filhos têm, por seus pais, em quem confiam os seus destinos; enfim, se estamos convencidos que todos sofremos as desigualdades sociais; se estamos convencidos que, da competição, gradualmente e progressiva de que cada indivíduo é uma unidade social, quantitativamente iguais uns às outras; se desejamos estabelecer a harmonia entre todos os marítimos, como conseguimos acabar com os factores que originam o mal estar social.

No dia em que se conseguir este desideratum, a bordo, deixá de haver reclamações, aparece o estímulo e o gosto pelo trabalho. E assim se todos os assuntos merecem a nossa atenção não fôr sentido que dessa família se façam duas filhos doutros enteados, estabelecendo-se comidas de 1.º para uns, de 2.º e 3.º para outros.

Estes factores, anti-humanos, trazem como consequência as constantes reclamações a bordo e ainda os mal entendidos entre uns e outros que, por vezes, dão alguma dor entre os mais ignorantes, o que tudo acabará desde que se vá ao encontro das aspirações equitativas dos marítimos, acabando com os factores perniciosos que originam o mal estar social; enquanto isto se não fizer, só uma entidade tem a perder — os armadores — por aumentar com mais intensidade a revolta no espírito dos marítimos.

IV

O draconianismo dos códigos comerciais e disciplinares da Marinha Mercante

As leis a que os marítimos estão sujeitos, não obstante estes serem civis, são as mesmas que os marinheiros da marinha para o Comércio, não quererão muito, porque em nação que ultimamente tem querido estimar as aspirações dos trabalhadores, como a Itália, acabam de apresentar ao Parlamento projectos de Lei nesse sentido.

Os marítimos estão inibidos de prestar solidariedade aos seus compatriotas que se expõem à prisão, não lhe assiste o direito de abandonarem os navios sem arrastarem com os perigos de grandes castigos previstos pelos códigos antiguados e absurdos.

Mesmo em caso de greve, como é seu dever recusarem-se a trabalhar, ou traem os seus camaradas ou são castigados severamente.

O código comercial tem artigos apenas para defender os armadores, citaremos alguns exemplos: «O capitão pode despedir qualquer tripulante, sem lhe dar a menor explicação, ainda que esteja matriculado». Isto é belo... pará os armadores; vejam outros: «O tripulante não pode abandonar o navio, ainda que tenha terminado o seu contrato, nem que o mesmo esteja desarranjado em lugar seguro.»

Quer dizer um completo o outro, os armadores podem despedir qualquer tripulante e em qualquer altura, sem lhe dar explicações e os tripulantes só podem desembocar quando lhe disserem que o navio está em lugar seguro — autentica lei... de funil.

Não é preciso citar mais, pela contradição destes dois artigos bem se pôde ajuizar a homogeneidade de todos os outros.

Não fica a dever nada também, o Código Disciplinar da Marinha Mercante, Regulamentos Gerais das Capitanias, por dâ aquela palha, são dias de soldado, fôr, oito e mais dias da prisão dada ao arbitrio de qualquer Capitão do Porto.

Poderão dizer-me que é para manter o respeito, mas o respeito não se mantém com violências desta ordem; removendo-se os costumes, acabem-se com tantas iniquidades e designações sociais e a própria LEI — artificial bem entendido não terá razão de existir.

Condições de contrato

As condições em que os marítimos firmam — matriculam — é tudo quanto há de mais vexatório por estes contratos estarem debaixo da alçada dos códigos acima citados; os contratos são feitos em tais condições que, se qualquer Capitão quiser, pela mais pequena observação da Tripulação, mete-a na Cadeia porque os códigos lhe dão poder para tal:

Temos que analisar a contradição dos contratos, assim no áto da matrícula vulgarmente todos disem: «A Viagem é do Porto A ao Porto B, e regressa a Lisboa onde finda; Comida de 1.º (tres riscos) fiscalizada pelo Capitão; Horário de trabalho preceituado no Decreto X, etc. etc.

Outros contratos são feitos nas seguintes condições: «O navio segue de Lisboa ao porto X e de lá para onde convier ao Armador.»

O Navio que matricular nestas condições pode andar sem vir a Lisboa 3 anos, sem que qualquer tripulante segundo o Código Comercial, possa desembarcar, a não ser por doença, aquele que teme desembarcar é presso e sem direito a vencimentos, não obstante o Capitão poder pôr em terra qualquer tripulante e em qualquer porto.

Contratos nestas condições são verdadeiramente ratoeiras armadas aos marítimos. Não pelo motivo de andar-mos 3 anos sem virmos a Lisboa, mas sim pelas condições económicas dos marítimos portugueses não o permitem, exemplificamos: Um navio portugues segue de Lisboa a um porto francês e daí recebe ordens do Armador, para seguir para um porto inglês, andando por lá meses ou anos; os tripulantes ganham em média 400\$00, alguns ha que ganham mais, o Cambio regula por duas Liras e meia o que chega... para tabaco.

Temos ainda que atender a outras necessidades, como roupas de vestir que as viagens do Norte exigem, e que os marítimos quasi nunca compram em Portugal em virtude do ordenado mal chegar para deixar a família.

Portanto só ha um caminho a seguir, para evitar que os marítimos sejam ludibriados por contratos desta ordem sancionados pelo Código Comercial, é exigir dos Armadores ordenado segundo a tabela inglesa, especialmente para os que se matriculam por tempo indeterminado; os Armadores responder-não: que os Navios não dão para satisfazer tais encargos, mas os fretes são pagos em moeda forte — ouro — e se quando dão seguros que obtêm, das Companhias de Navegação Mundial, entre este numero figuram algumas portuguesas, tiveram de lucros 122.584.384 £ esterlinas.

Naquele defendendo o critério para obstar que tais contratos se façam, que se deve reclamar a remodelação do Código Comercial sendo essa remodelação feita com a representação das classes

marítimas, deve-se sim aceitar essa representação desde que tenhamos igual número de votos aos restantes representantes e exigindo que todas as atribuições relativas à Marinha Mercante a cargo do Ministério da Marinha e Capitania do Mar, passem para o Ministério do Comércio, ficando assim os marítimos na situação de Civis e portanto sujeitos às mesmas leis e não às militares.

Até há pouco os individuos não faziam

se não apelar para o Estado, como se dahi lhes viesse a salvação.

Reconhecem, ou começam a reconhecer, o ludibri, o erro e agora já sabedores de que em cada um à uma actividade a exercer, e que quando exercida metódicamente dispensa esse órgão autoritário, resolvem fazer por si próprios e tratarem directamente dos seus direitos e interesses.

Mas esses que retem em seu poder os direitos alheios e não os restituem senão pela violência, é porque possuem uma força organizada, uma série de instituições enfocadas no Estatal, que não podem ser vencidas por um só indivíduo isolado.

Assim reconhece-se a necessidade de todos os marítimos dotarem os seus Sindicatos dos meios indispensáveis, de modo que adquiram aquela direcção sindical e idiossíncras que servem de categoria social e como tal devem ser tidos mas intas e nas relações entre o Capital e o Trabalho.

Deste modo a Evolução segue o seu caminho, o Estado apaga-se, os principais autoritários previstos pelos códigos perdem o seu prestígio, e aparece-nos um acúmulo de modo que a iniquidade das suas relações seja progressivamente atenuada até que uma nova fase de direito o venha substituir por outro regime mais consonante com liberdade individual. União maneira de obstar que, essas leis que são concedidas no Gabinete dos Ministros e discutidas e votadas por indivíduos alheios e estranhos ao que pretendem regular, passando a ser obrigatorias para todos, que lhe caem debaixo da alçada e muitas vezes, se não sempre, contrapõem-se a outras, e que a natureza das causas, e os trabalhadores organizados põem à margem todas as leis, por serem anti-naturais e portanto antagonistas com os princípios por nós preconizados, guardando-nos apenas por aquelas — naturais e sociológicas — até hoje adotadas e defendidas pela organização Sindicalista.

Reclamar as transições, relativas à Marinha Mercante do Ministério da Marinha para o do Comércio, não quererão muito, porque em nação que ultimamente tem querido estimar as aspirações dos trabalhadores, como a Itália, acabam de apresentar ao Parlamento projectos de Lei nesse sentido.

V

Assistência aos marítimos e colocação dos desembarcados

Os Marítimos estão, como vulgarmente todos os trabalhadores, condenados a estender a mão à caridade, e bem assim suas famílias por o mar lhes levar por vezes os seus entes mais queridos.

Todos os Marítimos estão expostos a perigos, neveiros, fogo, explosões numa palavra o naufrágio; todos temem que transpor as mesmas dificuldades, do Capitão ao Moço, do Engenheiro ao Chefe.

Além destes perigos, absolutamente naturais e portanto quase que inavitáveis; os marítimos tem ainda que arrastar com a condição, que o serviço lhe exige, de lhe negarem trabalho quando o seu físico não ofereça vantagem de exploração, por terem atingido uma determinada idade que, nos marítimos nunca vai além de 50 anos e aí uns até menos, como os Fogueiros e outros que exercem trabalhos mais árduos a bordo.

Os que tem a infelicidade de naufragar perdendo os seus baveres não são indemnizados pelos seus prejuízos embora os Armadores não percam nada por terem os Navios no seguro; aqueles que perdem a vida nestes desastres, indemnizados não são as respectivas famílias valendo-se estas de processos vexatórios e humilhantes, como seja bandos precatórios que apenas vem, por diminuto tempo atenuar, a situação de viúvas, orfãos, etc. — como sucede às vítimas do Lugar Régul e por último do Capitão ao Moço, do Engenheiro ao Chefe.

Esta sanção é maior moral do que legal, dirás; sem dúvida que o é, mas é mais compatível com a Liberdade e com a Justiça.

A admissão do pessoal nestas condições, tem como objectivo, não só o respeito pela associação, como a intervenção directa dos próprios trabalhadores nos respectivos contratos; são eles que eliminam o seu propósito de não ser solidários com o acto praticado. E ao Oficial basta-lhe, como garantia, a faculdade de despedir o tripulante infractor, que suporá todas as consequências bôas ou más dos seus actos.

Esta sanção é maior moral do que legal, dirás; sem dúvida que o é, mas é mais compatível com a Liberdade e com a Justiça.

A admissão do pessoal nestas condições, tem como objectivo, não só o respeito pela associação, como a intervenção directa dos próprios trabalhadores nos respectivos contratos; são eles que eliminam o seu propósito de não ser solidários com o acto praticado.

b) Exigir que todas as atribuições relativas à Marinha Mercante e a cargo do ministério da marinha e capitania do mar sejam passam para o ministério de comércio e comunicações.

c) Que às associações seja facultado o direito de poderem fiscalizar os contratos, podendo os seus delegados assimilar as matrículas.

d) Que para os contratos feitos por tempo indeterminado seja adoptado o ordenado estrangeiro (base-ouro) tendo-se base o por mais elevado.

e) Enquanto se não conseguir a remodelação dos códigos, segundo o objectivo da Organização Marítima, que apenas se respeite as acordos aprovados entre marítimos e armadores e os regulamentos postos em prática pelo C. I. S. sancionados pelas respectivas classes, adoptando-se desde já o princípio preconizado pelo contrato colectivo, disponibilizando todas as leis prejudiciais aos marítimos.

b) Exigir que todas as atribuições relativas à Marinha Mercante e a cargo do ministério da marinha e capitania do mar sejam passam para o ministério de comércio e comunicações.

c) Que às associações seja facultado o direito de poderem fiscalizar os contratos, podendo os seus delegados assimilar as matrículas.

d) Que para os contratos feitos por tempo indeterminado seja adoptado o ordenado estrangeiro (base-ouro) tendo-se base o por mais elevado.

e) Enquanto se não conseguir a remodelação dos códigos, segundo o objectivo da Organização Marítima, que apenas se respeite as acordos aprovados entre marítimos e armadores e os regulamentos postos em prática pelo C. I. S. sancionados pelas respectivas classes, adoptando-se desde já o princípio preconizado pelo contrato colectivo, disponibilizando todas as leis prejudiciais aos marítimos.

QUINTA

Assistência aos marítimos e colocação dos desembarcados

V — a) Constituição, conforme os estatutos já elaborados, da «Caixa de Previdência e Assistência ao Pessoal da Marinha Mercante», de forma a garantir a vida dos marítimos, quando impossível desembarcar, nos navios, e a sua permanência no mar.

b) Fazer inquérito sobre a administração da marinha mercante, despossuir os marítimos, quando impossível desembarcar,